# 4° Plano de Ação Nacional

**Compromisso 4** – *Implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil com o objetivo de ampliar o reconhecimento do direito humano a alimentação adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da política de segurança alimentar e nutricional (SAN)*

A *Realização de duas rodadas de seminários estaduais sobre controle social em Segurança Alimentar e Nutricional – SAN* (MARCO 3) foi concebido pelo conjunto das organizações presentes nas oficinas de co-criação, numa perspectiva de ampliar os conhecimentos dos conselheiros estaduais e municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para o exercício do controle social.

A Controladoria-Geral da União assumiu a responsabilidade direta pela execução do marco 3, mas contando com a colaboração do Ministério da Cidadania e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Nacional.

O cumprimento das atividades foi impactado por significativos percalços, a começar pela inativação dos trabalhos do CONSEA Nacional[[1]](#footnote-1), que, no marco, estava comprometido com a definição/construção de conteúdo, participação nos eventos formativos e, também na mobilização de participantes.

No âmbito da política pública de SAN, o CONSEA tinha como competência apresentar proposições e exercer o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional. Desta feita, cumpria um importante papel de acompanhar o andamento da política pública e conduzir as estratégias de mobilização da sociedade para o controle social.

Com a extinção do CONSEA Nacional, em janeiro 2019, foi realizado um ajuste no prazo de cumprimento do marco. Isso porque houve a necessidade de dialogar com as organizações envolvidas para redefinir, também, as formas de efetivar as ações.

Em função da pandemia ocasionada pelo coronavírus (COVID-19), o grupo executor do marco considerou as orientações das autoridades de saúde e reordenou a proposta metodológica da ação formativa. Decidiu-se, então, pela realização de uma atividade virtual num contexto de um evento sobre controle social realizado pela CGU denominado Diálogos em Controle Social, realizado entre setembro e outubro de 2020.

Tal evento teve como objetivo fortalecer a rede de troca de conhecimentos e de práticas sobre transparência e controle social, com foco nas experiências das organizações da sociedade civil, e contou com o número de 681 (seiscentos e oitenta e um) inscritos.

Para o cumprimento do marco, foi realizada, no dia 21 de outubro, a *live* com o tema Ações de Segurança Alimentar e Nutricional: Estado e Sociedade, quando organizações da sociedade civil e do Governo Federal foram convidadas a debater e dialogar com cidadãos que interagiram pelo *chat.* A atividade foi gravada e pode ser acessada por meio do *link* <https://youtu.be/9ahI_5MoWUk>

O nome dos palestrantes e os locais que ocupam em relação à temática de SAM, são os que segue.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Flávio Dornas** - *Cozinheiro e Coordenador do Fórum de Cultura Alimentar e Gastronomia de Belo Horizonte* |
|  | **Jean Pierre Tertuliano Câmara** - *Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (Consea-RN), Coordenador da Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais e Gerente de Projetos Sociais do Projeto Sisan Universidades.* |
|  | **Ana Cristina Corrêa Guedes Barros** -*Gerente de Assistência do Departamento Nacional do SESC, responsável nacional do Programa Mesa Brasil* |
|  | **Élcio de Souza Magalhães** -*Coordenador-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais, do Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos, da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania* |

A mediação da *live* foi realizada por **Otávio Moreira de Castro Neves** Diretor de Transparência e Controle Social da CGU.

Durante a atividade*,* os palestrantes buscaram discutir a temática de SAN e o exercício do controle social a partir lugar político-social de cada organização, ao mesmo tempo em que motivavam os expectadores a identificarem possibilizadas concretas de participação nas políticas públicas no âmbito municipal e noutras esferas de governo.

Avalia-se, então, que o formato virtual conseguiu atingir um número maior pessoas interessadas pelo tema e disseminou informações importantes sobre como conselheiros e população em geral podem contribuir com o aprimoramento e fortalecimento da política de SAN.

Por fim, a atividade garantiu o cumprimento do marco 3 do compromisso 4. Não obstante, a CGU pretende desenvolver novas atividades de formação para aprofundar os conhecimentos da população sobre transparência e controle social das políticas públicas, incluindo Segurança Alimentar e Nutricional.

1. Com a publicação da Medida Provisória n° 870, de 1° de janeiro de 2019, *que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios,* o CONSEA Nacional e outros órgãos tiveram as atividades interrompidas. [↑](#footnote-ref-1)